

Superior Tribunal de Justiça

AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.600 - PR (2018/0337277-6)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : EVERALDO FERNANDES DA SILVA
AGRAVANTE : TOKUJI MATSUBARA
AGRAVANTE : EDSON ROBERTO BACHIEGA
AGRAVANTE : ANTONIO FAQUINETTI
AGRAVANTE : SUPREMA AUTO PECAS LTDA
AGRAVANTE : JOSE MUSSI
AGRAVANTE : ALICIO MARIANO
AGRAVANTE : SERGIO ROBERTO LUZETTI
AGRAVANTE : VICTORIO SONEGO
AGRAVANTE : KENNETH TALINS DE BORJA JAGUARIBE - ESPÓLIO
AGRAVANTE : MARIA DO SOCORRO CAVALCANTI JAGUARIBE
ADVOGADO : NILTON GIULIANO TURETTA E OUTRO(S) - PR023773
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384
DIOGO SOARES VENÂNCIO VIANNA - RJ122344
BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
JULIA MARIANA SILVA JACOME - RJ128527
RODRIGO MARQUES DE MELO GOMES - RJ174670
ALINE DOMINGUES COSTA DE ARAUJO - RJ198921

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. COMPROVAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE E INTERESSE DE AGIR. APLICABILIDADE AOS PEDIDOS INCIDENTAIS DE EXIBIÇÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do Recurso Repetitivo REsp 982.133/RS, "*falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; e b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo, 1º da Lei 6.404/1976*".

2. Em conformidade com a Súmula 389/STJ, "*a comprovação do pagamento do 'custo do serviço' referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima*".

3. Aplicabilidade da condição de procedibilidade da ação cautelar autônoma aos pedidos de exibição incidental de documentos.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 17 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

